



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.034, DE 2023

(Da Sra. Erika Hilton)

Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para equiparar as ações e métodos que objetivam a conversão da orientação sexual e da identidade de gênero ao crime de tortura, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-737/2022.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2023

(Da Sra. Erika Hilton)

Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para equiparar as ações e métodos que objetivam a conversão da orientação sexual e da identidade de gênero ao crime de tortura, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se à alínea ‘c’ do inciso I do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, a seguinte redação:

“Art. 1º

I -

c) em razão de discriminação racial, religiosa, **de orientação sexual e/ou identidade de gênero.**

.....(NR)”

Art. 2º O inciso II do artigo 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I -



II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal, medida de caráter preventivo e **conversão da orientação sexual e/ou identidade de gênero**.

.....(NR)”

Art. 3º O artigo 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso III:

“Art. 1º.....

III - propor, prescrever, promover, financiar, subsidiar, instigar, induzir, constranger e submeter à cura, terapia, medidas psicológicas ou psiquiátricas, tratamentos religiosos e qualquer outro método semelhante que objetive a conversão da orientação sexual e/ou identidade de gênero do indivíduo.

- a) com o fim de submeter alguém a negação, alteração, modificação, supressão, assujeitamento ou anulação da orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- b) que impeça o livre desenvolvimento ou afirmação da orientação sexual e da identidade de gênero;

.....(NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Temos que, os tratamentos de “cura gay”, são verdadeiras práticas de tortura e agressão à toda a população LGBTQIA+, cuja orientação sexual ou designação de



gênero são características inerentes a cada sujeito, sendo impossível sua alteração. As “terapias de conversão sexual” pretendem-se métodos de assujeitamento dos corpos, das identidades sexuais e da orientação sexual de pessoas LGBTQIA+ para a submissão, nulidade e alteração da autodeterminação dos indivíduos, por isso, precisam ser tipificadas como crime de tortura e combatidas em todo o território nacional.

O Estado brasileiro tem como base legal para o enfrentamento e prevenção à tortura normas internacionais e legislações nacionais, como a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada por meio do Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, Decreto nº 98.386, de 9 de dezembro de 1989, e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei da Tortura) que esta proposição visa alterar e aperfeiçoar.

Temos que as Convenções da ONU que versam sobre tortura, orientam a conduta dos Estados partes para enfrentar, punir e legislar contra as práticas de torturas, de diferentes formas. No artigo 1º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes a tortura é definida como:

qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; **de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza;** quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram. (grifo nosso)

Já o artigo 2º da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura conceitua a tortura da seguinte maneira:

Todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou qualquer outro fim. **Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da**



vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica. (grifo nosso)

A Constituição Federal de 1988 passou a considerar a tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (art. 5º, inciso XLIII), e o direito a não ser torturado passou a ser reconhecido como um direito fundamental.

No contexto de grave violação dos direitos humanos, das liberdades individuais e no íterim do exercício de práticas médico-psicológicas que objetivam reverter a autodeterminação da orientação sexual e da identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, ainda há espaço na esfera pública para resguardar direitos e defender a cidadania da comunidade LGBT frente aqueles que são cúmplices de medidas que comprometem a sobrevivência e a dignidade da população, como as propagadas pelas “terapias de conversão sexual”.

Os direitos da população LGBTQIA+ estão resguardados pela Constituição Federal e regulamentados pela Lei n. 7.716/1989, conforme entendimento firmado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26 pelo Supremo Tribunal Federal:

“Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, **as condutas homofóbicas e transfóbicas**, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, **ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989**, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe. (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”).”



As práticas de "terapia de conversão", são essencialmente discriminatórias, pois atingem população específica, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero diversas. Além disso, assumem como objetivo específico o de interferir na integridade pessoal e autonomia dos indivíduos, em muitos casos, violando o direito à saúde da população LGBTQIA+, incluindo a proibição de se realizar tratamentos médicos de forma não-consensual, considerando as prescrições médicas para o tratamento do "homossexualismo".

O Brasil deu um passo muito relevante no reconhecimento sobre a gravidade da prática de tortura ao defini-la como crime através da Lei nº 9.455, de 1997, cuja normatização tipificam as condutas de "constranger" e "submeter", além de uma "omissão", combinadas com o elemento normativo do sofrimento físico e/ou mental da vítima.

A controvérsia que demonstra a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.455, de 1997, resume-se em: a legislação tipifica o crime de tortura em razão de discriminação racial e religiosa, mas não trata do mesmo crime quando motivado por discriminação relativa a orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, é preciso qualificar que condutas que objetivam a conversão da orientação sexual ou identidade de gênero, combinadas ou não do sofrimento físico e psicológico do indivíduo, são práticas de tortura e atentórias contra os direitos humanos e das liberdades individuais, portanto, devendo ser combatidas e enfrentadas pelo Estado brasileiro.

De acordo com relatório da ONU sobre "terapias de conversão", essas práticas visam e afirmam ter como objetivo e fim transformar pessoas gays, lésbicas ou bissexuais em heterossexuais e pessoas trans e travestis, ou gênero-diversas, em cisgêneras. O termo "terapias de conversão", portanto, seria utilizado como guarda-chuva para descrever



intervenções de natureza abrangente, que se baseiam na ideia de que a orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa pode e deve ser alterada.¹

Essas práticas de 'conversão' estão em desacordo com os princípios que proíbem a tortura, o tratamento cruel, desumano e degradante. Elas partem do pressuposto de que pessoas com identidades de gênero ou orientações sexuais diversas são de alguma forma consideradas inferiores, seja moral, espiritual ou fisicamente, em comparação com pessoas heterossexuais e cisgêneras, e, portanto, buscam modificar sua orientação ou identidade como suposta solução para essa suposta inferioridade.

A conduta criminosa de tratamento de “cura gay” deve ser igualada a tortura, portando deve ser coibida, assim como amplamente investigadas as vítimas já submetidas a tamanha violência, para que vidas sejam preservadas. Por definição, as terapias de conversão sexual podem caracterizar-se como tortura, principalmente em circunstâncias com dor, sofrimento físico e mental infligido sobre os indivíduos submetidos à prática.

A pesquisa "Entre 'curas' e 'terapias': Esforços de 'correção' da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ no Brasil"², produzida pela All Out e o Instituto Matizes, encontrou 26 formatos de "cura gay" no país. São múltiplos processos de violências pelos quais as pessoas LGBTQIA+ passam, desde tentativas de “cura” e “conversão” feitas pelos profissionais da psicologia, até os atravessamentos religiosos, familiares, profissionais e educacionais que incidem sobre as expressões, desejos e elaborações subjetivas dessa população.

Dentre os esforços de “correção” da sexualidade e identidade de gênero identificados pela All Out e o Instituto Matizes, nove (9) estariam inseridos no contexto religioso, oito (8) no contexto familiar e seis (6) no contexto médico ou no contexto da saúde e três (3) no contexto escolar. Sendo todos eles induzidos, principalmente por

¹ Ver mais em:

<https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/SexualOrientation/ConversionTherapyReport_PT.pdf> Acesso em 16 de outubro de 2023.

² Ver mais em:

<https://s3.amazonaws.com/s3.allout.org/images/All_Out_Instituto_Matizes_Relatorio_Completo_Entre_Curas_E_Terapias.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2023.



lideranças religiosas, membros da igreja, pais e responsáveis, amigos da família, psicólogos, psiquiatras, pediatras, filósofos clínicos, terapeutas holísticos, coaches, professores de religião e educação física e a direção escolar.

Segundo relatório da ONU, “Pessoas jovens são desproporcionalmente submetidas a práticas de terapia de conversão. Uma recente pesquisa global sugere que 4 de 5 pessoas sujeitas a essas práticas tinham 24 anos de idade ou menos à época e, dessas, aproximadamente, metade tinha menos de 18 anos de idade”. O cenário demonstra a urgência de se coibir e criminalizar práticas de conversão sexual.

Como exposto, os agentes responsáveis por realizar práticas de “terapia de conversão” incluem profissionais de saúde do setor público e/ou privado, incluindo aqueles especializados em saúde mental; Há, especialmente, organizações religiosas, curandeiros tradicionais e agentes estatais veiculando e induzindo as práticas, quando não, são os próprios responsáveis pelos tratamentos; Já entre os agentes motivadores, que também induzem e financiam, pode-se incluir a família e membros da comunidade, autoridades políticas e outros agentes públicos.

Organizações e autoridades religiosas, particularmente, atuam aconselhando famílias e vítimas, e geralmente promovendo ou fornecendo as práticas terapêuticas isoladamente ou em parceria com outras pessoas e instituições, como comunidades terapêuticas³ para uma suposta “reorientação sexual”.

Tem-se que a tipificação como crime de tortura as ações, práticas e medidas que promovem as terapias de conversão sexual, chamada de “cura gay”, como uma medida que pode assegurar os direitos humanos, guiada pelos princípios fundamentais de universalidade, igualdade e não-discriminação, tanto no contexto da legislação internacional quanto nacional.

³ Ver mais em:

<<https://apublica.org/2020/12/organizacao-crista-internacional-exodus-promove-reorientacao-sexual-para-lgbtqi-na-america-latina/>> Acesso em 16 de outubro de 2023.



Em 2012, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) declarou que as chamadas "terapias de conversão" carecem de fundamentação médica e constituem uma séria ameaça para a saúde e os direitos humanos das pessoas submetidas a essas práticas. Em 2016, a Associação Mundial de Psiquiatria chegou à conclusão de que "não existem bases científicas sólidas para afirmar que a orientação sexual inata pode ser alterada". Em relatório elaborado pelo Especialista Independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero sobre "terapias de conversão" da comunidade LGBT, alertam que essas práticas criam um risco de tortura a esses indivíduos e pede que governos pelo mundo adotem uma proibição à prática⁴.

Também, foram identificadas três metodologias principais na prática da "terapia de conversão": a psicoterapêutica, a medicinal e a religiosa. Na psicoterapia, as intervenções são fundamentadas na crença de que a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero resulta de uma formação ou experiência considerada atípica. Como tal, um dos métodos frequentemente empregados é a terapia de aversão, que envolve a exposição da pessoa a estímulos relacionados à sua orientação sexual, induzindo sensações negativas, dolorosas e angustiantes, como choques elétricos, náusea ou paralisia através de medicamentos. Na abordagem médica, a tese central pressupõe que a diversidade de orientação sexual ou de gênero está relacionada a uma disfunção biológica intrínseca. Como resultado, as vítimas são submetidas a procedimentos de afirmação de gênero sem o seu consentimento. Já nas abordagens religiosas, a intervenção parte da premissa de que a orientação sexual e identidade de gênero diversas são consideradas pecaminosas. Consequentemente, as vítimas de terapias de conversão são compelidas a passar por tratamentos graduais visando "converter" sua condição, frequentemente sujeitas a abusos físicos, detenção e práticas como exorcismos, entre outros métodos

O relatório da ONU em questão destaca que os métodos e meios comumente utilizados para implementar práticas de "terapia de conversão" causam problemas

⁴ Ver mais em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/14/onu-propoe-banir-cura-gay-no-mundo-e-alerta-par-a-risco-de-tortura.htm>> Acesso em 16/10/2023.



psicológicos e físicos, além de dor e sofrimento nos indivíduos, elementos que corroboram para tipificar a prática como prática de tortura no arcabouço jurídico brasileiro. Ainda, versa sobre outros impactos na saúde mental dos indivíduos, como: perda significativa da autoestima; ansiedade; síndrome depressiva; isolamento social; dificuldade de intimidade; auto-ódio; vergonha e culpa; disfunção sexual; transtorno de estresse pós-traumático; ideação e tentativas de suicídio.

Tendo em vista o elevado índice de violência praticado contra membros da comunidade LGBTQIA+, em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero que se autodeterminam, os quais são praticados, em muitos casos, mediante terapias de conversão sexual, estupro corretivo, coação, constrangimento e métodos psicológicos e religiosos, levando muitas vezes ao óbito do indivíduo apenas pelo fato de serem LGBTs e não conseguirem cumprir com o objetivo do método imposto de subversão de sua identidade, faz-se necessário tipificar tais ações e métodos discriminatório na Lei de Tortura.

Com isso, essa proposição objetiva enfrentar as lacunas legislativas referentes à criminalização das ações, práticas e medidas de “cura gay” e terapias de conversão para que se garanta a autonomia, a dignidade, a autodeterminação, a segurança e o bem-estar físico, psíquico e social de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Assim, busca-se por meio desta proposição prevenir e punir tratamentos, penas cruéis, desumanos ou degradantes que ainda impõem-se sobre pessoas LGBTQIA+ no âmbito doméstico e público mediante ações de conversão sexual.

Em vista do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala de Sessões, em 17 de outubro de 2023.

Deputada ERIKA HILTON (PSOL/SP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Art. 5º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 Art. 1º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997-04-07:9455

FIM DO DOCUMENTO